PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2018

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| ATENDIMENTO A PASSIVOS CONTINGENTES 13.799.427,25 | | RESERVA DE CONTINGENCIA 3.000.000,00  CONTINGENCIAMENTO DAS DESPESAS POR 10.799.427,25 ATO DO PODER EXECUTIVO | |
| SUBSTOTAL | 13.799.427,25 | SUBSTOTAL | 13.799.427,25 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| TOTAL | 13.799.427,25 | TOTAL | 13.799.427,25 |

NOTA EXPLICATIVA: O § 3º do art. 4º da LRF, determina o que deverá conter no Anexo de Riscos Fiscais. "§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem."

Riscos Fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

O Anexo de Riscos Fiscais, como parte da gestão de riscos fiscais no setor público, é o documento que identifica e estima os riscos fiscais, além de informar sobre as opções estrategicamente escolhidas para enfrentar os riscos.

1. Riscos orçamentários - referem-se à possibilidade das receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas, inicialmente não fixadas ou orçadas a menor durante a execução do Orçamento.
2. Riscos de Passivos Contingentes - decorrem de compromissos firmados pelo Governo em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamento.
3. Riscos decorrentes de Gestão da Dívida - referem-se a possíveis ocorrências externas à administração que, quando efetivadas, resultarão em aumento do serviço da dívida pública no ano de referência.

Abaixo estamos apresentando passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas pública do Município de Araraquara:

1) Não recolhimento do INSS – cota patronal – Prefeitura do Município de Araraquara, no montante de R$ 108.964.096,60 (cento e oito milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, noventa e seis reais e sessenta centavos), referente as competências:

- exercício de 2010: maio a outubro;

- exercício de 2011: março, junho a novembro;

- exercício de 2012: março;

- exercício de 2013: janeiro a dezembro;

- exercício de 2014: janeiro, fevereiro, abril, julho a setembro e 13º salário;

- exercício de 2015: abril, maio, agosto, novembro e 13º salário;

- exercício de 2016: junho a novembro e 13º salário. .

Refere-se este passivo, decorrente de gestão da dívida, derivado de ações judiciais, que poderá determinar o aumento do estoque da dívida pública.

Entretanto, importa ressaltar que a ação judicial, se encontra sendo discutida, sem definição do seu recolhimento à Secretaria da Receita Federal.

Se ao seu final for considerada procedente a quitação, a ação proposta pela Prefeitura do Município de Araraquara, será de parcelamento do montante, junto à Receita Federal, pelo prazo de 120 meses.

No presente anexo, estamos considerando a quitação de 12 parcelas no exercício de 2018, que resultaria no montante de R$ 10.896.409,66 (dez milhões, oitocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e nove reais e sessenta e seis centavos) do valor principal da dívida, o qual será corrigido na forma da legislação aplicável no momento da efetivação do parcelamento.

.

OFR00136 29/04/2016 13.05.27 Versão 14/03/2016 - 13:48 1/ 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA



2) Não recolhimento de parte do PASEP – Prefeitura do Município de Araraquara, no montante de R$ 14.888.475,57 (quatorze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), referente as competências:

- abril de 2013 a dezembro de 2016.

Refere-se este passivo, decorrente de gestão da dívida, derivado do não pagamento em sua totalidade da contribuição, o qual determinará o aumento do estoque da dívida pública.

A ação a ser proposta pela Prefeitura do Município de Araraquara, para quitação da dívida, será de parcelamento do montante, junto à Receita Federal, pelo prazo de 120 meses.

No presente anexo, estamos considerando a quitação de 12 parcelas no exercício de 2018, que resultaria no montante de

R$ 1.488.847,56 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), do

valor principal da dívida, o qual será corrigido na forma da legislação aplicável no momento da efetivação do parcelamento.

3) Não recolhimento de contribuições previdenciárias – CTA-Companhia Troleibus Araraquara, no montante de R$ 14.141.700,29 (quatorze milhões, cento e quarenta e um mil, setecentos reais e vinte e nove centavos), referente:

* INSS cota patronal – competências:

- exercício de 2003: junho a dezembro;

- exercício de 2004: janeiro a dezembro;

- exercício de 2005: janeiro a novembro;

- exercício de 2008: dezembro;

- exercício de 2009: janeiro a dezembro;

- exercício de 2010: janeiro a dezembro;

- exercício de 2011: janeiro a julho, setembro a dezembro e 13º salário;

- exercício de 2012: agosto a dezembro e 13º salário;

- exercício de 2013: janeiro a outubro e outubro;

- exercício de 2014: janeiro a dezembro;

- exercício de 2015: janeiro a dezembro;

- exercício de 2016: fevereiro a julho.

* INSS cota empregado – competências:

- exercício de 2014: fevereiro a dezembro;

- exercício de 2015: janeiro a dezembro

- exercício de 2016: fevereiro a julho.

* FGTS – competências:

- exercício de 2016: junho.

* Contribuição Previdenciária – competências:

- exercício de 2013: dezembro;

- exercício de 2014: janeiro a dezembro;

- exercício de 2015: janeiro a dezembro;

- exercício de 2016: janeiro a maio.

Refere-se este passivo, decorrente de gestão da dívida, derivado do não pagamento em sua totalidade das contribuições, o qual determinará o aumento do estoque da dívida pública.

A ação a ser proposta pela Prefeitura do Município de Araraquara, para quitação da dívida, será de parcelamento do montante, junto à Receita Federal, pelo prazo de 120 meses.

No presente anexo, estamos considerando a quitação de 12 parcelas no exercício de 2018, que resultaria no montante de

R$ 1.414.170,03 (um milhão, quatrocentos e quatorze mil, cento e setenta reais e três centavos), do valor principal da dívida, o qual será corrigido na forma da legislação aplicável no momento da efetivação do parcelamento.

OFR00136 29/04/2016 13.05.27 Versão 14/03/2016 - 13:48 2/ 2